**ANEXO II - LISTA DE VERIFICAÇÃO (*CHECKLIST*)**

**CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR – COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – ART. 75, II, DA NLLC**

**(PARECER REFERENCIAL PGE/MS /Nº \_\_\_/2024)**

**FASE PREPARATÓRIA DO PREGÃO ELETRÔNICO**

1. A lista de verificação representa os requisitos mínimos a serem analisados pela área técnica e não dispensa a necessidade de se verificar as peculiaridades do caso concreto que, pelas suas especificidades, não poderiam ser abordadas em uma lista geral.
2. Recomenda-se a juntada da lista preenchida aos autos e a cientificação dos seus termos aos órgãos assessorados respectivos.
3. Na utilização da presente lista, o servidor responsável deverá analisar e verificar se eventual RESPOSTA NEGATIVA é causa para devolução do processo para complementação da instrução ou se pode ser objeto de ressalva.
4. A 3ª coluna deve ser preenchida apenas com as letras “S”, “N”, “N.A.”, sendo: S – SIM, N – NÃO, N.A. – NÃO SE APLICA.

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DO ORGÃO/ENTIDADE DEMANDANTE**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA SEGOV** | **S / N / N. A** | **Fl.** |
| **1.** | Consta nos autos o documento que contém a concordância da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica (SEGOV) para a continuidade da contratação? (art. 3º do Decreto Estadual nº 16.138/2023) |  |  |
| **1.1.** | Caso a concordância de que trata o item 1 tenha sido proferida com ressalvas, foram promovidas as alterações, nos termos indicados pela SEGOV? |  |  |
| **Item** | **PROCEDIMENTO INICIAL** | **S / N / N. A** | **Fl.** |
| **1.** | Houve abertura de processo administrativo pela autoridade competente, autuado no Sistema Gestor de Compras da Fase Preparatória (arts. 17, I e 72 da Lei 14.133/2021) e com o devido “*instrumento de oficialização de pedido*” (art. 5º do Decreto 15.941/2022)? |  |  |
| **1.1** | O “*instrumento de oficialização de pedido*” seguiu o modelo do Anexo I do Dec. Estadual 15.941/2022 e contempla a justificativa da necessidade da contratação e a indicação do agente da contratação da fase interna (art. 5º do Dec. Estadual 15.941/2022)? |  |  |
| **1.2** | Caso a atribuição para a abertura do procedimento tenha sido delegada pelas autoridades competentes (§2º do art. 5º do Decreto nº 15.941/2022), consta dos autos o ato formal, publicado na imprensa oficial, delegando os poderes para o agente púbico que autorizou a abertura? |  |  |
| **2.** | O agente de contratação designou a equipe de planejamento da contratação, nos termos dos arts. 4º, II, e 6º do Dec. Estadual 15.941/22? |  |  |
| **Item** | **PREVISÃO NO PCA** | **S / N / N. A** | **Fl.** |
| **1.** | A previsão da contratação no PCA foi demonstrada no TR, em atenção ao art. 18, caput, da NLLC? Houve efetiva demonstração ou declaração de que a previsão já foi incluída no PCA?  *OBS: Salvo os casos de dispensa, previstos no Decreto Estadual 16.121/23 (art. 5º), a demonstração de inclusão efetiva inclusão no PCA é obrigatória e deve ser feita até a publicação do edital, eis que este é o marco que finaliza a fase preparatória. Não é suficiente a mera declaração de inclusão futura.* |  |  |
| **Item** | **TERMO DE REFERÊNCIA** | **S / N / N. A** | **Fl.** |
| **1.** | Foi utilizada a versão mais atualizada da minuta-padrão de Termo de Referência para contratação direta por dispensa em razão do valor (art. 75, II, da NLLC), aprovada pela PGE/MS? |  |  |
| **2.** | Consta nos autos a “*Certidão de Atendimento da Minuta Padronizada*” que atesta que o conteúdo do Termo de Referência seguiu a versão mais atualizada da minuta-padrão aprovada pela PGE/MS? |  |  |
| **2.1** | A certidão informou se foi incluído/excluído/alterado algum elemento da minuta padronizada que demanda análise jurídica? |  |  |
| **2.2** | A necessidade de análise jurídica de que trata o subitem 2.1 desta lista de verificação já está abrangida pelas recomendações contidas neste Parecer Referencial ou no Parecer Referencial PGE/MS/CJUR-SEL nº 01/2023?  *OBS: Em caso negativo, os autos devem ser remetidos à PGE/MS, para a análise específica sobre esses pontos (Decreto Estadual 15.404/20).* |  |  |
| **3.** | Para os fins do disposto no Decreto nº 15.775/2021, o objeto a ser adquirido e que se caracterize como “bem de consumo”, foi qualificado como de categoria “comum”? |  |  |
| **3.1.** | Os requisitos que podem resultar em uma restrição na competitividade foram devidamente justificados no TR? |  |  |
| **4.** | O Termo de Referência especificou a duração do contrato, bem como se este se caracteriza como contínuo ou contrato por escopo? |  |  |
| **4.1** | Caso tenha sido classificado como contínuo, foi demonstrada a vantagem econômica para a vigência plurianual? |  |  |
| **5.** | Na hipótese de prévia indicação de marca para a aquisição de determinado bem foi apresentada a justificativa em uma das hipóteses do inciso I do art. 41 da Lei nº 14.133/2021?  *OBS*: *“a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto; b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração; c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante; d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência”.* |  |  |
| **6.** | O Termo de Referência especificou o tipo de garantia do produto a ser exigido?  *OBS: A garantia legal está expressa no art. 26 do Código de Defesa do Consumidor, adstrita àquelas hipóteses previstas na normativa específica: 30 dias - produtos não-duráveis e 90 dias - produtos duráveis. Por sua vez, a garantia contratual, como espécie complementar à legal, é facultativa e será conferida mediante termo escrito (art. 50 do CDC).* |  |  |
| **6.1.** | Na hipótese de ter sido exigido que os serviços de manutenção e assistência técnica sejam prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com as necessidades da contratação, foram apresentadas as justificativas na fase preparatória? |  |  |
| **7.** | O “critério de julgamento” ficou restrito ao “menor preço” ou o “maior desconto”? |  |  |
| **8.** | Foi incluída alguma exigência de HABILITAÇÃO JURÍDICA distinta daquelas padronizadas na minuta do Termo de Referência? |  |  |
| **9.** | O Termo de Referência exigiu a apresentação de atestado de capacidade técnica como documento de HABILITAÇÃO TÉCNICA? |  |  |
| **9.1** | A exigência de atestado de capacidade técnica foi justificada nos autos? |  |  |
| **9.2** | A exigência de que trata o subitem 13 desta Lista de Verificação ficou restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação?  *OBS*: a “*exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação*”. |  |  |
| **9.3** | Foi especificada a quantidade mínima da parcela do objeto que deverá ser comprovada por meio de atestado de capacidade técnica, bem como foi respeitado a quantidade de até 50% da referida parcela? |  |  |
| **10.** | A exigência de comprovação da boa situação financeira do licitante, por meio coeficientes e índices econômicos, foi justificada no processo? |  |  |
| **11.** | O Termo de Referência tratou da “estimativa da despesa”, considerando os parâmetros fixados pelos art. 23, §4º, da NLLC e 7º do Decreto Estadual 15.940/22? |  |  |
| **11.1** | A pesquisa direta com fornecedores seguiu as normas do art. 4º, VII e §5º, do Decreto Estadual 15.940/22 (apresentação da justificativa da escolha dos fornecedores; cotação com até 6 meses de antecedência e elementos mínimos da proposta formal)? |  |  |
| **11.2** | As propostas obtidas foram anexadas aos autos? |  |  |
| **11.3** | A estimativa da despesa, representando a pesquisa de preço da contratação (art. 7º, II, do Decreto Estadual 16.119/23), foi materializada em documento/relatório (que pode coincidir com o TR) contendo, no mínimo, os elementos exigidos no art. 5º do Decreto nº 15.940/2022?  *OBS*: *Art. 5º (...): I - identificação do processo administrativo; II - identificação do objeto pesquisado; III - identificação da fonte de pesquisa e o preço praticado; IV - método utilizado para a definição do valor estimado e a respectiva justificativa da escolha; V - justificativa para exclusão de preços considerados inexequíveis ou excessivamente elevados; VI - identificação do servidor responsável pela elaboração da pesquisa e do mapa comparativo de preços; VII - data da sua elaboração.* |  |  |
| **11.4** | A pesquisa de preço utilizou uma cesta de preços aceitável, com parâmetro em, no mínimo três preços, conforme determina o art. 6º do Decreto Estadual 15.940/22? |  |  |
| **11.5** | Em caso de pesquisa com menos de três preços, apresentou-se justificativa? |  |  |
| **11.6** | Foram utilizados os métodos matemáticos para definição do valor estimado da contratação o cálculo da média ou mediana, na forma do art. 6º do Decreto Estadual 15.940/22? |  |  |
| **11.7** | Caso tenha sido utilizado outros critérios para definição do valor estimado da contratação, distintos daqueles métodos matemáticos previstos no §1º do art. 6º do Decreto nº 15.940/2022, essa circunstância foi devidamente justificada pelo servidor responsável e aprovado pela autoridade competente? |  |  |
| **11.8** | A equipe de planejamento optou pela adoção do orçamento sigiloso? Foram apresentadas as razões e justificativas para a adoção? |  |  |
| **12.** | O Termo de Referência foi assinado, rubricado em todas as suas folhas e datado pela equipe de planejamento da contratação, bem como aprovada pela autoridade competente? |  |  |
|  | **NÃO FRACIONAMENTO DE DESPESA** |  |  |
| **1.** | Consta nos autos certificação de que a contratação não representa fracionamento de despesa, como determinam o art. 75, I e II, da Lei 14.133/21 e o art. 7º, IV, do Decreto Estadual 16.119/23? A certificação utilizou os parâmetros (“de unidade gestora” e “objetos de mesma natureza”) indicados no tópico VII deste Referencial? |  |  |
| **Item** | **ANÁLISE DE RISCOS** | **S / N / N. A** | **Fl.** |
| **1.** | O processo foi instruído com o “Mapa de Riscos do Metaprocesso”, nos termos da Resolução CGE/MS 102/2024 (art. 7º)?  *OBS: Obrigatoriedade exigida apenas a partir de 08/11/2024 (salvo nova data eventualmente indicada pela referida Resolução ou por outra que a substitua).* |  |  |
| **2.** | No caso de indicação de que o processo está incluído nos critérios de priorização para elaboração de “Mapa de Riscos Específicos” (art. 8º da Resolução CGE/MS 102/2024), este foi juntado aos autos? |  |  |
| **Item** | **REGIME ESPECIAL ME/EPP** | **S / N / N. A** | **Fl.** |
| **1.** | Consta no processo decisão analisando o tratamento diferenciado à ME e EPP? (art. 48, I, da LC 123/2006) |  |  |
| **2.** | No caso de aplicação do regime, foi comprovada a existência de pelo menos 3 (três) fornecedores competitivos sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório (art. 49, II, da LC 123/06)? |  |  |
| **3.** | No caso de afastamento do regime, foi demonstrada uma das hipóteses do art. 49 da LC (incisos II ou III) ou do Decreto Estadual 16.119/23 (art. 28, parágrafo único)? |  |  |
| **Item** | **AVISO DE DISPUTA ELETRÔNICA** | **S / N / N. A** | **Fl.** |
| **1.** | Foi adotada a minuta-padrão de aviso de disputa eletrônica aprovada pela PGE/MS? |  |  |
| **2.** | Foi incluído/excluído/alterado algum elemento das minutas padronizadas que demanda uma análise jurídica específica? |  |  |
| **3.** | Consta dos autos a “*Certidão de Atendimento”*, atestando que o conteúdo do aviso de disputa eletrônica seguiu a versão mais atualizada? |  |  |
| **3.1** | A certidão informou se foi incluído/excluído/alterado algum elemento que demanda análise jurídica? |  |  |
| **3.2** | A necessidade de análise jurídica de que trata o subitem 3.1 desta lista de verificação já está abrangida pelas recomendações contidas neste Parecer Referencial?  *OBS: Em caso negativo, os autos devem ser remetidos à PGE/MS, para a análise específica sobre esses pontos (Decreto 15.404, de 2020).* |  |  |
| **4.** | A minuta do aviso está acompanhada dos modelos das declarações exigidas dos interessados, especialmente daquelas previstas no art, 13 do Decreto Estadual 16.119/23, II, III, IV, V e VI? |  |  |
| **Item** | **CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE** | **S / N / N. A** | **Fl.** |
| **1.** | Foi adotada a minuta-padrão de contrato aprovada pela PGE/MS?  *OBS: Caso a equipe de planejamento opte por dispensar o contrato, recomenda-se que o instrumento substitutivo faça constar as condições essenciais da contratação, conforme determina o art. 95, §1º, da NLLC (por exemplo: descrição precisa do objeto, obrigações e responsabilidades das partes, vinculação ao termo de referência e à proposta, prazos de execução, forma e prazo de pagamento, sanções).* |  |  |
| **1.1** | No caso de substituição do contrato por instrumento equivalente, como nota de empenho, há justificativa no Termo de Referência? |  |  |
| **2.** | Foi incluído/excluído/alterado algum elemento que demanda análise jurídica específica? |  |  |
| **3.** | Consta dos autos a “*Certidão de Atendimento”*, atestando que o conteúdo do contrato seguiu a versão mais atualizada? |  |  |
| **3.1** | A certidão informou se foi incluído/excluído/alterado algum elemento que demanda análise jurídica? |  |  |
| **3.2** | A necessidade de análise jurídica de que trata o subitem 3.1 desta lista de verificação já está abrangida pelas recomendações contidas neste Parecer Referencial ou no Parecer Referencial PGE/MS/CJUR-SEL nº 01/2023?  *OBS: Em caso negativo, os autos devem ser remetidos à PGE/MS, para a análise específica sobre esses pontos (Decreto 15.404, de 2020).* |  |  |
| **Item** | **ENCERRAMENTO DA FASE PREPARATÓRIA** | **S / N / N. A** | **Fl.** |
| **1.** | O agente de contratação da fase interna certificou o encerramento da fase preparatória? (caput do art. 12 do Decreto nº 15.941/2022) |  |  |